

A gênese do novo imperialismo: 1875-1914

Paulo Sérgio Souza Ferreira¹

Resumo

O artigo defende a tese de que a partir do novo imperialismo (1875-1914), o rentismo encontrou solo fértil para o seu pleno desenvolvimento. A estreita conexão existente entre a esfera monetário-financeira e a esfera real/produtiva na fase imperialista do capital deu origem ao capital financeiro. Com o domínio das sociedades anônimas sobre a estrutura da economia capitalista deu-se grande impulso ao sistema de crédito (devido à necessidade de financiamento das sociedades por ações por intermédio da Bolsa de Valores), o que propiciou as condições para o desenvolvimento do capital fictício.

Palavras-chave: Capital financeiro; Capital fictício; Sociedades anônimas; Imperialismo.

Abstract

The article makes the case that from the new imperialism (1875-1914), the profiteering found fertile ground for its full development ground. The close connection between the monetary-financial sphere and the real / productive sphere in the imperialist phase of capital gave rise to finance capital. With the domain of corporations about the structure of capitalist societies economy was given great impetus to the credit system (due to the need of financing corporations through the Stock Exchange), which provided the conditions for the development of fictitious capital.

Keywords: Finance capital; Fictitious capital; Corporations; Imperialism.

Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar que a incessante necessidade de autovalorização do capital, o conduz inexoravelmente a tentativa de romper todas as barreiras sociais impostas a ele (criação de mais-valia pelo trabalho assalariado). Na fase imperialista do capital, essa necessidade imanente leva ao desenvolvimento do capital fictício, o qual foi propiciado pela expansão creditícia (exportação de capitais). No entanto, pelo fato de a valorização do

(1) Doutorando em História Econômica, Universidade de São Paulo. Economista, Universidade Federal da Bahia. Professor Assistente-A, Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: paullmarx@yahoo.com.br.

capital depender da produção de mais-valia, isso significou no âmbito de cada sociedade anônima, por um lado, o entrelaçamento ou interpenetração entre as atividades financeiras e produtivas. Por outro lado, em modificações nas relações de propriedade, com o surgimento dos acionistas.

A valorização fictícia dos títulos de valor (ações, títulos de dívida pública, etc.) depende da criação de mais-valia pelo capital produtivo e sua canalização para a esfera financeira. Daí o desenvolvimento dos mercados acionários. Por sua vez, o desenvolvimento das sociedades anônimas levou a um acirramento da competição entre elas, pois necessitavam cada vez mais do controle monopolista dos mercados. Isso devido ao fato de que os rendimentos crescentes dos acionistas (valorização de seu capital monetário, sob a forma $D - D'$) só poderiam ser propiciados com a canalização crescente do excedente econômico para a valorização de seus títulos de propriedade.

Em apoio a essas hipóteses, busca-se ver em que medida a necessidade cada vez mais premente do capital de se valorizar sob a fórmula ($D - D'$) se expressou historicamente. O período escolhido situa-se entre os anos de 1875 e 1914 (o novo imperialismo), porque é a partir dele que o capital fictício desenvolve-se plenamente. Além disso, analisar como esses fenômenos foram interpretados por autores clássicos (marxistas e não marxistas) envolvidos no debate teórico sobre o imperialismo na referida época.

1 Visão geral

O período histórico compreendido entre os anos de 1875 e 1914 foi marcado por uma grande reviravolta no cenário internacional. Após um período de desenvolvimento relativamente pacífico do modo de produção capitalista durante a maior parte do século XIX (até a década de 1860), sobreveio uma época marcada por crises econômicas e fortes tensões políticas, que culminou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. A tentativa de compreensão desse processo de deterioração nas condições políticas e econômicas em escala mundial deu origem a intensos e longos debates em torno do tema imperialismo. Essas discussões ocorreram sob o impacto do recrudescimento do colonialismo na referida época.

Do ponto de vista econômico, observou-se maior interdependência e integração das economias nacionais no âmbito da economia mundial. Por conseguinte, foi nesse período que houve a criação de uma “economia global única” como assinalou Eric Hobsbawm em *A Era dos Impérios 1875-1914*². O estreitamento dos laços econômicos, comerciais e financeiros entre os países teve como consequências o notável desenvolvimento da produção industrial, acompanhada por profundas mudanças tecnológicas, e acelerado desenvolvimento dos meios de transportes e comunicações. O progresso científico e tecnológico dessa época contribuiu para o rompimento do relativo isolamento entre as economias nacionais ao propiciar as condições materiais necessárias para a sua maior unificação.

No entanto, tais transformações foram acompanhadas pelo aprofundamento das desigualdades entre os países imperialistas e os demais países consolidando uma estrutura hierárquica no sistema internacional da divisão do trabalho. Sob o impacto da grande depressão das décadas de 1870 e 1880 acirrou-se a concorrência entre as economias dos países avançados do capitalismo. O domínio econômico da Grã-Bretanha fora seriamente abalado com a emergência de novos centros industriais dinâmicos, tais como: Estados Unidos, Alemanha e Japão. A intensificação da competição econômica entre as principais potências resultou no desenvolvimento de práticas protecionistas e na combinação de empresas, visando à eliminação dos competidores mais fracos mediante a formação e consolidação das sociedades anônimas. Os alicerces do liberalismo econômico foram colocados em xeque. Outra saída para os problemas gerados pela depressão econômica era a política de anexação territorial das colônias por parte das economias metropolitanas. Dessa forma, o Estado-nação passou a intervir cada vez mais na esfera econômica, ou seja, as relações entre a política e a economia estavam mais complexas e variadas.

Em termos gerais, entre os anos de 1880 e 1914, a maior parte do mundo foi dividida formalmente, com exceção da Europa e das Américas, sob o comando direto ou dominação política indireta de um pequeno grupo de Estados, quais sejam: Grã-Bretanha; França; Alemanha; Itália; Holanda; Bélgica; Estados Unidos e Japão³. A África e o Pacífico foram inteiramente repartidos.

(2) Veja: Hobsbawm (2006, p. 95).

(3) Veja: Hobsbawm (2006, p. 88).

Esse conjunto de mudanças no cenário mundial assinalou uma ruptura radical com o período anterior à década de 1870. Por conseguinte, contrariamente ao que se pensa, o imperialismo de base financeira era um fenômeno essencialmente novo, como pode ser apreendido pela seguinte passagem de *A Era dos Impérios 1875-1914*:

Entretanto, mesmo sendo o colonialismo apenas um dos aspectos de uma mudança mais geral das questões mundiais, foi, com toda clareza, o de impacto mais imediato. Ele constituiu o ponto de partida de análises mais amplas, pois não há dúvida de que a palavra “imperialismo” passou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico nos anos 1890, no decorrer das discussões sobre a conquista colonial. Ademais, foi então que adquiriu a dimensão econômica que, como conceito, nunca mais perdeu. Eis porque são inúteis as referências às antigas formas de expansão política e militar em que o termo é baseado. Os imperadores e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo. A palavra (que não figura nas obras de Karl Marx, falecido em 1883) foi introduzida na política na Grã-Bretanha nos anos 1870, e ainda era considerada neologismo no fim da década. Sua explosão no uso geral data dos anos 1890. Por volta de 1900, quando os intelectuais começaram a escrever livros sobre o imperialismo, ele estava – para citar um dos primeiros deles, o liberal britânico J.A. Hobson – “na boca de todo mundo... e [era] usado para denotar o movimento mais poderoso na política atual do mundo ocidental”. *Em suma, era um termo novo, criado para descrever um fenômeno novo*. Este fato é evidente o bastante para descartar uma das muitas escolas participantes desse tenso e acirrado debate ideológico sobre o “imperialismo”, que argumentava que ele não era nada de novo, que talvez fosse mesmo um mero remanescente pré-capitalista. De qualquer maneira, era sentido e discutido como novo (Hobsbawm, 2006, p. 92, grifo nosso).

Diante dessa nova realidade, inúmeras foram as tentativas de explicação da expansão imperialista. Podemos enquadrá-las sinteticamente em dois grupos: (1) o imperialismo econômico; (2) o imperialismo extra econômico. No primeiro grupo, podemos reunir as análises de John Atkinson Hobson e as teses marxistas do imperialismo. Nele, o imperialismo é analisado como fruto do desenvolvimento capitalista. No segundo, têm-se as interpretações de Joseph Alois Schumpeter e de Norman Angell. Nelas, a força motriz do imperialismo é vista nos mecanismos

extra econômicos, tais como: psicológicos, morais, culturais, ideológicos e políticos.

A complexificação das relações econômicas e a criação de uma economia mundial totalmente interdependente, conectando até as mais remotas e longínquas regiões do planeta ao mercado mundial capitalista, fez o debate pender em favor das teses do imperialismo econômico. Os autores vinculados a esse tipo de interpretação buscaram compreender os impactos das modificações introduzidas na economia capitalista e suas inter-relações com a política colonial dos Estados imperialistas.

O aspecto mais visível das transformações processadas na economia mundial naquele período foram o surgimento e o desenvolvimento das sociedades anônimas. Os monopólios que no período anterior à década de 1870 ainda estavam em vias de formação, passaram a ser base de toda a estrutura econômica da sociedade capitalista na etapa subsequente. Dessa forma, faz-se necessário um breve estudo das sociedades por ações, sobretudo, de sua estruturação interna.

2 A gestão das sociedades anônimas e suas contradições

Em *O Capital, livro primeiro, volume II*, Karl Marx analisou os dois processos fundamentais da acumulação capitalista, quais sejam: a concentração e a centralização de capitais⁴. A concentração de capital possibilita o crescimento da empresa individual por meio da acumulação acelerada dos meios sociais de produção e da força de trabalho em seu âmbito interno. Por sua vez, a centralização de capitais atua como um imã atraindo os capitais antes dispersos. A partir do exame desses dois processos e sua ação conjunta, observa-se a acumulação de riqueza material nas grandes empresas através da concentração, e a eliminação progressiva da concorrência por meio da centralização das distintas formas do capital (comercial, bancário, industrial, etc.). A consequência desse processo é a ampliação da escala de operações das empresas e o aumento da magnitude do capital mínimo exigido para a operacionalização das empresas gigantes, principalmente, em função dos altos gastos com capital fixo (edifícios, máquinas, instalações, etc.).

(4) Veja: Marx (1985, v. 2, p. 196-198).

Sob o impacto do desenvolvimento das sociedades por ações, principalmente, no setor ferroviário, Marx sentiu a necessidade de estudá-las minuciosamente, bem como o papel desempenhado pelo sistema creditício. Isso devido à importância crescente das condições de financiamento para a operacionalização de suas atividades. O prosseguimento da análise do crédito deu-se no livro terceiro, volume IV de *O Capital*. Interessa-nos, particularmente, a seção intitulada “O papel do crédito na produção capitalista”, na qual o autor analisou as consequências da separação existente entre a propriedade do capital e sua gestão administrativa no seio das sociedades anônimas.

Através do desenvolvimento do sistema creditício tornou-se possível a criação e desenvolvimento das companhias acionárias. Nelas, a contradição principal do modo de produção capitalista existente entre o caráter social da produção e a apropriação privada do excedente econômico atinge o seu ápice. Isso na medida em que a própria função de controle e administração das grandes empresas passa a ser entregue a trabalhadores assalariados altamente especializados (os gerentes e administradores). A propriedade do capital assume a forma pura e simples de posse de títulos de valor (ações). Veja-se:

Transformação do capitalista realmente funcionante em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários. Mesmo se os dividendos que recebem incluem o juro e o ganho empresarial, isto é, o lucro total (pois o ordenado do dirigente é ou deve ser mero salário por certa espécie de trabalho qualificado, cujo preço é regulado no mercado de trabalho, como o de qualquer outro), esse lucro total passa a ser recebido somente na forma de juro, isto é, como mera recompensa à propriedade do capital, a qual agora é separada por completo da função no processo real de reprodução, do mesmo modo que essa função, na pessoa do dirigente, é separada da propriedade do capital. O lucro se apresenta assim (e não mais apenas uma parte do mesmo, o juro, que extrai sua justificação do lucro do mutuário) como simples apropriação de mais-trabalho alheio, oriundo da transformação dos meios de produção em capital, isto é, de sua alienação em face dos produtores reais, de sua antítese como propriedade alheia a todos os indivíduos realmente ativos na produção, do dirigente até o último dos diaristas. *Nas sociedades por ações, a função é separada da propriedade de capital, portanto também o trabalho está separado por completo da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho.* Esse

resultado máximo do desenvolvimento da produção capitalista é um ponto de passagem necessário para a retransformação do capital em propriedade dos produtores, porém não mais como propriedade privada de produtores individuais, mas como propriedade dos produtores associados, como propriedade diretamente social. É, por outro lado, ponto de passagem para a transformação de todas as funções do processo de reprodução até agora ainda vinculadas à propriedade do capital em meras funções dos produtores associados, em funções sociais. (Marx, 1986, p. 332, grifo nosso).

Nesse sentido, as empresas monopolistas passam a ser guiadas pelo planejamento organizado da produção (estudo detalhado da demanda e da oferta, por exemplo), e sob a base de uma ampla cooperação social entre os trabalhadores, inclusive, dos encarregados nas tarefas de controle e direção nas fábricas (funções agora separadas da propriedade do capital). No entanto, isso contrasta com as exigências de remuneração crescente por parte dos acionistas sob a forma de juros, dividendos, etc. Os administradores dessas empresas estão interessados em sua gestão eficiente, enquanto que os interesses de seus proprietários acionistas podem entrar em conflito com seus imperativos de acumulação industrial. As disputas em torno da forma de utilização dos lucros produzidos pelas sociedades anônimas entre os gerentes e os proprietários do capital monetário marcam o desenvolvimento das companhias acionárias. Anteriormente, nas empresas de estrutura familiar (nas quais não há separação entre a propriedade e o controle), os detentores do capital estavam totalmente dependentes da acumulação ininterrupta do capital industrial, o que exigia a sua administração eficiente. Em suma, as mudanças na propriedade capitalista traduziram-se no desinteresse gradual de seus proprietários pela supervisão e avaliação cuidadosa dos ativos reais das empresas industriais. Isso, na medida em que podem readquiri-los a todo o momento com a compra de ações e auferir ganhos rápidos com a sua venda em momentos de pico dos seus preços.

Nas sociedades por ações, o lucro total se reparte sempre em juro e ganho empresarial. Essas duas espécies de rendimento são apenas formas distintas em que a mais-valia se decompõe nas grandes empresas, mas não alteram em nada a sua natureza. Da análise dessa divisão do lucro global, Karl Marx observou que o capital portador de juros entra em antítese com o capital efetivamente aplicado na produção industrial. O juro constitui um ônus para a grande empresa industrial, já que ele só pode constituir uma fração da mais-valia criada no setor produtivo da

economia (lucro de alienação).

Como as grandes companhias também utilizam capital de terceiros, a concretização dos empréstimos baseia-se na condição de que o dinheiro emprestado será utilizado produtivamente, ou seja, investido na esfera industrial com o objetivo de produzir mais-valor. A sua magnitude tem que ser suficiente, por um lado, para remunerar o capital industrial (ganho empresarial) e, por outro lado, para pagar os juros cobrados pelos prestamistas. Dessa forma, ele identifica uma contradição de interesses entre o capital industrial e o capital portador de juros. O antagonismo existente entre essas duas formas de capital se expressa na luta pela apropriação de parcelas crescentes dos lucros produzidos pelas empresas monopolistas. Essa contradição é indissociável nas sociedades por ações.

Com o desenvolvimento do sistema de crédito, alteram-se as condições e a dinâmica do processo de acumulação capitalista. O crédito elimina a dependência absoluta das empresas da produção de mais-valor, pois elas podem agora dispor do capital necessário para a operacionalização de suas atividades, mediante o acesso às fontes de financiamento. Os dispêndios crescentes com capital fixo (máquinas, instalações, edifícios, etc.) inviabilizam a sociedade anônima a desenvolver suas atividades apenas com a utilização de capital próprio. Por conseguinte, nos oligopólios a questão do acesso às fontes de crédito é crucial. Sua importância cresce na medida em que se acirra a competição econômica entre eles, e com o desenvolvimento do sistema creditício.

O desenvolvimento do sistema de crédito permitiu a expansão mais acelerada das relações de produção capitalista em todo o mundo por meio de uma intrincada e complexa rede de relações comerciais, financeiras, produtivas, tecnológicas, etc. Daí decorrem as análises sobre o processo de mundialização do capital consubstanciadas nas teorias do imperialismo.

3 As interpretações da expansão imperialista

3.1 A análise precursora de John Atkinson Hobson

O pioneirismo na análise do imperialismo contemporâneo deve-se ao inglês John Atkinson Hobson (1858-1940), que publicou a obra *Imperialism: a Study*, em 1902. A contribuição de Hobson foi demonstrar que o imperialismo era fruto do desenvolvimento do capitalismo moderno. Sua interpretação ficou

conhecida como imperialismo econômico. Essa circunstância fez com que sua teoria ganhasse grande receptividade entre os teóricos socialistas e pavimentou o caminho para os estudos posteriores sobre o tema no campo marxista. Por isso, o exame de sua obra é fundamental.

John Hobson foi o primeiro a associar a expansão colonial de fins do século XIX e do início do século XX, com as profundas transformações que se processaram na economia capitalista naquele período. Hobson entendia que o imperialismo era uma espécie de enfermidade ou desajuste provocado na economia capitalista que poderia ser solucionado. Analisando o caso da Inglaterra, que era a principal potência econômica da época, chegou à conclusão de que a expansão colonial era um prejuízo para a nação como um todo, demonstrando assim que o imperialismo não era uma necessidade vital para o sistema capitalista e que poderia ser evitado. Veja-se as suas conclusões a respeito:

Todos estos datos empíricos inducen a sacar las siguientes conclusiones relativas al aspecto económico del nuevo imperialismo: primero, que el comercio exterior de la Gran Bretaña representa un porcentaje pequeño y menguante em relación con su comercio e industria interiores; segundo, que dentro del comercio exterior de nuestro país, las transacciones realizadas con las posesiones británicas representan un porcentaje cada vez menor de las efectuadas con los países extranjeros, y tercero, que dentro del comercio de Gran Bretaña con sus posesiones, las transacciones realizadas con las posesiones tropicales, y en especial con las nuevas posesiones tropicales, fueron las más pequeñas, las de menor progreso y las más fluctuantes en cantidad, y la calidad de las mercancías que comprendían era la más baja (Hobson, 1981, p. 59).

Segundo a análise de John Hobson, a causa do imperialismo é a superprodução de capital que se verifica nos países centrais do capitalismo, os quais não encontram aplicação em seus próprios mercados. O excesso de capital que se forma nesses países reclama por novos investimentos nos países estrangeiros, através da exportação de capitais⁵.

(5) Nesse sentido, a explicação de Hobson sobre a expansão colonial se aproxima da análise efetuada por Vladimir Ilich Lênin. Para Lênin, com a constituição de um excedente de capitais nos países metropolitanos há uma explosão de atividade colonial, visando sua colocação lucrativa nos mercados externos. Tal se observa a partir da década de 1870. Entretanto, as causas da exportação de capitais são compreendidas diferentemente em ambos, e daí reside a grande diferença em suas interpretações.

Na visão de Hobson, a formação desse excedente de capital é ocasionada pela má distribuição de renda, ou seja, o subconsumo das massas estaria na raiz de todo o problema. Por causa da concentração de renda, o consumo das classes trabalhadoras não consegue acompanhar o aumento da produção material e o resultado é a formação de um excedente de capitais que não se pode investir lucrativamente no próprio país. Segundo John Hobson essa é a raiz econômica do imperialismo. Veja-se:

Este fenómeno económico constituye la clave del imperialismo. Si el público consumidor de nuestro país elevara su nivel de consumo cada vez que se registra un aumento de la producción, de modo que se mantuviera el equilibrio entre aquél y ésta, no habría un exceso de mercancías ni de capital pidiendo a gritos que se eche mano del imperialismo para encontrar mercados. Naturalmente, existiría el comercio exterior; pero no presentaría mayores dificultades el cambiar el pequeño excedente de producción que tendrían nuestros fabricantes por los alimentos y materias primas que necesitáramos todos los años, y todo el ahorro que hubiera em nuestro país podría invertirse en la industria nacional, si así lo decidiéramos (Hobson, 1981, p. 94).

Esse subconsumo é provocado por uma espécie de desajuste presente nas economias capitalistas, o que torna o capital ocioso nas metrópoles. No entanto, sua análise não se limita a conceber o imperialismo como oriundo apenas de fatores econômicos. Além disso, ele enumera outros elementos responsáveis pela política imperialista como o patriotismo, a busca de aventuras, o espírito militar, a ambição política e a filantropia. Todos esses elementos, apesar de secundários na explicação desse autor, estão interligados e são manipulados habilmente pelos imperialistas para a realização de campanhas militares no exterior. Ou seja, por meio da manipulação desses elementos, atingem-se os objetivos econômicos perseguidos.

Apesar de julgar que o imperialismo seja um “mau negócio” do ponto de vista da sociedade como um todo, Hobson destaca que existem certos grupos de interesse que se beneficiam diretamente com a expansão colonial. Eles são os responsáveis pela execução da política imperialista e exercem grande influência na vida política do país. Entre eles, pode-se destacar: (1) as forças armadas; (2) as empresas navais; (3) os exportadores; (4) os fabricantes de canhões; (5) fuzis;

(6) munições; (7) aviões; (8) alimentos para as forças armadas; (9) os grupos financeiros, entre outros.

Os grupos imperialistas utilizariam o Estado como instrumento de seus próprios interesses. O grande aumento dos gastos públicos na fase imperialista seria uma das principais fontes de ganhos dos grupos financeiros e industriais. Em detrimento da coletividade, o erário público seria utilizado para financiar as campanhas militares no exterior. Por outro lado, esses gastos servem para abrir novos campos de investimentos para o seu capital, estabelecer contratos vantajosos com os mercados estrangeiros, etc. Preferencialmente, por meio dos impostos indiretos, esses grupos conseguem fazer com que os custos dessa política recaiam sobre a classe trabalhadora. Em suma, o emprego lucrativo de capitais no exterior requer um grande aumento dos gastos públicos para o financiamento das atividades militares. Porém, para que esse financiamento resulte em grandes benefícios aos grupos imperialistas, os custos dessa política não podem recair sobre os ombros de classes sociais diretamente interessadas em sua execução. Isso só é possível mediante a adoção de um sistema de tributação indireta em que os impostos recaiam, sobretudo, sobre os produtos de consumo popular que não são passíveis de troca por bens substitutos.

Além disso, a dívida pública é outra fonte de financiamento importantíssima dos gastos militares. A criação da dívida pública satisfaz aos seguintes objetivos: (i) atender as necessidades emergenciais de gastos não previstos no orçamento público e que não podem ser cobertos pelos impostos indiretos; (ii) escapar dos impostos sobre a renda e a propriedade, que seriam necessários caso ela não existisse; (iii) investir lucrativamente o capital acumulado, o qual em caso contrário continuaria ocioso; (iv) o seu aumento constitui o objetivo perseguido pelos credores, que tem interesse na renovação contínua dessas dívidas; (v) permitir que os países credores se intrometam nos assuntos internos dos países devedores, fazendo valer a força de seus interesses comerciais e financeiros, e (vi) poder facilitar o apoio político dos países devedores em conjunturas críticas, etc.

Vê-se que o imperialismo e sua política de anexações, apesar de oriunda de deformações na economia capitalista, resultam claramente lucrativos para certos grupos de interesse que dominam a vida política nos países metropolitanos. Isso em detrimento dos interesses do conjunto da população. Esses grupos

minoritários e abastados exercem o controle do aparelho de Estado e são inimigos declarados da democracia.

Entretanto, mesmo reconhecendo as poderosas forças em jogo que se beneficiam com o imperialismo, John Hobson acredita que é possível adotar medidas para combatê-lo ou mesmo saná-lo. Ou seja, as estruturas que propiciam as ações imperialistas podem tornar-se eventualmente hegemônicas e produzir conjunturas de expansão imperialista. No entanto, sua ação não muda estruturalmente – de modo irreversível – a sociedade, tornando-se um traço permanente, mas pode ser revertida. Em sua análise, por meio da adoção de reformas sociais, o imperialismo poderia ser eliminado. No plano político, isso significa desenvolver a democracia por meio da instituição de um governo livre e que respeite os ideais democráticos. No plano econômico, por meio da melhoria na distribuição de renda, elevar-se-ia o nível de consumo das massas, evitando a formação do capital ocioso. Dessa forma, cessariam os estímulos que impelem os países centrais do capitalismo na busca por novas colônias. Ou seja, trata-se de ampliar a demanda agregada da economia nacional. Nas palavras de Hobson:

No está escrito en el orden natural de las cosas que tengamos que gastar nuestros recursos naturales en empresas militaristas, en guerras, en maniobras diplomáticas arriesgadas y poco escrupulosas con objeto de encontrar mercados para nuestras mercancías y para nuestros excedentes de capital. Una sociedad inteligente y progresista que se basara en una igualdad fundamental de oportunidades económicas y educativas, elevaría su nivel de consumo para que correspondiera con todo incremento de su capacidad de producción, y podría encontrar pleno empleo para una cantidad ilimitada de capital y mano de obra dentro de las fronteras de su propio país. Cuando la distribución de la renta es de tal tipo que permite a todas las clases sociales de la nación convertir sus auténticas necesidades en demanda efectiva de bienes, no puede darse superproducción, ni subempleo de capital o mano de obra, ni hay necesidad alguna de combatir por mercados extranjeros (Hobson, 1981, p. 98-99).

John Atkinson Hobson teve grandes méritos ao perceber pioneiramente as inter-relações existentes entre o desenvolvimento do capitalismo e o recrudescimento do colonialismo, a partir da década de 1870. Sua análise ganhou adeptos nos meios marxistas, principalmente nas interpretações de Rudolf

Hilferding, Rosa Luxemburgo e Vladimir Ilich Lênin, que reconheceram a influência de Hobson em suas obras. Seu estudo do imperialismo se inseriu dentro de suas preocupações com as campanhas militares no exterior empreendidas pela Grã-Bretanha e suas consequências socioeconômicas.

3.2 A categoria de análise marxista: o capital financeiro

No campo marxista, a análise do imperialismo ganhou ímpeto a partir da publicação da obra seminal *Daz Finanzkapital* em 1909 por Rudolf Hilferding (1877-1941). O desenvolvimento do modo de produção capitalista, marcado pelo surgimento e fortalecimento das sociedades por ações, requeria a construção de um conceito que pudesse servir como ponto de partida das análises sobre aquela temática. A partir daí, o capital financeiro foi alçado como categoria central das investigações marxistas sobre o funcionamento do capitalismo. A estruturação desse conceito refletia a crescente centralização e interdependência das distintas frações do capital (industrial, comercial, bancário), e as modificações nas relações de propriedade capitalista com o aparecimento dos acionistas. Eis a definição de capital financeiro proposta por Hilferding:

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro antes os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais (Hilferding, 1985, p. 219).

O capital financeiro é a forma assumida pelo grande capital, a partir do último quartel do século XIX. Esse conceito expressa a dependência crescente das empresas industriais em relação às fontes de financiamento de suas atividades. Historicamente, isso se resolveu por meio da fusão dos interesses existentes entre o capital bancário e o capital industrial, à medida que avançava o processo de concentração e de centralização de capitais. Cada oligopólio, por um lado, buscava o controle de suas próprias fontes de crédito, o que lhe garantia êxito no processo concorrencial. Por outro lado, os bancos procuraram intervir cada vez mais na esfera industrial, passando a exercer o domínio sobre vários ramos da indústria. Cada passo, nesse sentido, desenvolvia enormemente e simultaneamente a concentração bancária e industrial.

A expansão creditícia teve papel fundamental no processo de monopolização dos diferentes setores da economia. Por isso, Hilferding dedica grande atenção à análise da função do dinheiro como meio de pagamento, na parte primeira de seu livro, denominada “Dinheiro e Crédito”. Com a diferença temporal existente entre o ato de recebimento da mercadoria e o de pagamento, o vendedor entrega a mercadoria em troca de uma letra de câmbio. Na medida em que a letra de câmbio passa a funcionar como meio de circulação, substituindo a moeda corrente, ela viabiliza o processo de circulação social das mercadorias. Por conseguinte, as letras de câmbio são aceitas pelos vendedores como uma promessa de pagamento futura por parte dos compradores e passam a funcionar como moeda fiduciária (ou seja, assentada na confiança entre as pessoas envolvidas na transação). Esse tipo de crédito que os capitalistas concedem entre si chama-se crédito de circulação. Em oposição a esse tipo de crédito, Hilferding desenvolve o conceito de crédito de capital. Esse tipo de crédito resulta da transformação do capital ocioso em capital monetário ativo. Ou seja, que será transformado em capital produtivo. Nele, há realmente transferência de dinheiro para o capitalista que deseja empregá-lo produtivamente. Nesse sentido, o processo de financiamento torna-se uma condição vital na competição industrial.

Diante da crescente importância do crédito de capital com o desenvolvimento da produção capitalista, Rudolf Hilferding analisa os fatores que provocam a liberação periódica de capital monetário ocioso na circulação do capital industrial e suas implicações sobre as relações entre os bancos e a indústria.

O capital monetário passa a se constituir na base para o desenvolvimento do sistema de crédito. Enquanto esse capital ocioso não atinge grandes proporções, tem-se que as instituições bancárias que o controlam não passam de meros intermediários do processo de produção capitalista. Elas transferem o capital ocioso em algumas indústrias para outras que reclamam o seu consumo produtivo. No início, essa operação é meramente auxiliar e constitui-se na principal atividade realizada pelos bancos. Entretanto, na medida em que se ampliam as operações realizadas pelos bancos e cresce o capital monetário ocioso à sua disposição, o capital bancário passa a se constituir na principal alavanca do processo de acumulação de capitais. Os bancos, por meio de suas operações bancárias, passam a influir, decisivamente no curso da indústria.

O conceito de capital financeiro, elaborado por Rudolf Hilferding, foi alvo de inúmeras críticas ao longo do tempo. O principal ponto de convergência nessas análises é a tese de Hilferding referente à dominação dos bancos sobre a indústria capitalista. Convém salientar que o autor estava analisando o caso da Alemanha, no qual os bancos detinham a hegemonia no processo de acumulação de capitais. Nos Estados Unidos, a situação era diferente, ou seja, era o capital industrial que comandava a dinâmica da acumulação capitalista.

Entretanto, todas essas críticas partem de um erro comum: a identificação do conceito de capital financeiro com a dominação do capital bancário sobre o capital industrial. O essencial nessa categoria é que ela se refere ao processo de interdependência crescente e luta contínua entre o capital bancário e o capital industrial no seio das sociedades anônimas⁶. Foi a partir da identificação desse conflito entre essas duas frações do capital que Hilferding pôde desenvolver aquela categoria analítica. Ou seja, o conceito de capital financeiro refletia fielmente o movimento da realidade marcada por múltiplas formas de entrelaçamento entre os bancos e as empresas industriais. Dessa forma, o aspecto decisivo da categoria é a interpenetração existente na realidade objetiva entre os negócios bancários e industriais, e não a dominação de uma determinada forma de capital. Seu uso foi generalizado entre os autores marxistas clássicos (Rosa Luxemburg, Karl Kautsky, Vladimir Ilich Lênin e Nikolai Bukharin). Dentro dessa contradição insolúvel

(6) O conceito de capital financeiro é a aplicação de uma das leis da dialética referente à unidade e luta dos contrários. Ver: Cheptulin (1982).

entre o capital bancário e o capital industrial é que deve ser compreendido o desenvolvimento do capital financeiro ao longo de sua história.

3.3 O capital financeiro e a ação territorial do imperialismo

Após a construção teórica original efetuada por Rudolf Hilferding da categoria capital financeiro, o passo seguinte era demonstrar a ligação existente entre o desenvolvimento do capital financeiro e a exacerbação do colonialismo, a partir da década de 1870. A política dos grandes oligopólios em cada país imperialista tinha como objetivo eliminar a concorrência interna e externa nos diferentes mercados para a maximização de seus lucros. Para tanto, era necessário protegê-los mediante práticas monopolistas (protecionismo, combinação de empresas para o esmagamento dos concorrentes, restrição das fontes de financiamento, etc.). A repartição dos mercados tinha como objetivo o levantamento de barreiras à entrada de novos competidores. Para tanto, os trustes e cartéis contavam com a ajuda da política governamental. Por conseguinte, a anexação territorial das colônias pelas potências imperialistas estava relacionada intimamente com a política de reserva de mercado desenvolvida pelas sociedades anônimas, em ambiente de acirrada concorrência entre elas. Sob o impacto desses acontecimentos históricos, os autores marxistas empreenderam suas análises sobre a expansão imperialista. No entanto, apesar de partirem de uma base teórica comum elas apresentam diferenças entre si.

Na análise sobre a nova política comercial desenvolvida pelos grandes oligopólios, Rudolf Hilferding e Nikolai Bukharin (1888-1938) deduziram as causas da expansão colonial das grandes potências. No âmbito interno das economias metropolitanas, o protecionismo na época do capital financeiro implicou na defesa das indústrias exportadoras dos países imperialistas mediante subsídios⁷. Ou seja, buscava-se, por um lado, levantar barreiras aos produtos estrangeiros nos mercados desses países estimulando os seus setores mais competitivos e monopolizados⁸. Por outro lado, invadir os territórios estrangeiros com as mercadorias produzidas pelo setor exportador de cada país imperialista. O sucesso dessa medida implicava o aviltamento dos preços no mercado interno (obtendo lucros extras) para, dessa forma, praticar baixos preços no mercado

(7) Essa era uma diferença significativa em relação à política comercial vigente nos períodos iniciais do desenvolvimento capitalista, na qual se tratava de estimular a indústria nascente de cada nação mediante a proteção de seus mercados.

(8) Veja: Hilferding (1985, p. 283-291).

internacional, eliminando a concorrência estrangeira. No entanto, o encarecimento das mercadorias no mercado doméstico de cada potência imperialista reduz a venda nesses mercados, a qual só pode ser compensada com a ampliação do espaço econômico nacional, mediante a anexação territorial das colônias.

Na investigação desenvolvida por Karl Kautsky (1854-1938)⁹, a anexação formal das colônias efetuada pelas economias centrais do capitalismo foi interpretada como resultado da desproporção existente entre o desenvolvimento da agricultura e o da indústria capitalista. Como a agricultura tende a não acompanhar o febril desenvolvimento industrial (o qual passa a reclamar imperiosamente por novas fontes de matérias-primas e de alimentos), a dominação dos territórios pertencentes aos países agrários pelos países industriais passa a ser chave para a solução desse problema. Somente com a anexação das fronteiras agrícolas existente nas colônias, é possível restabelecer as condições de proporcionalidade entre os setores agrícola e industrial. Em suma, Kautsky enxergava na expansão imperialista por parte dos Estados industrialmente avançados, a tentativa de sanar as dificuldades criadas no processo de acumulação de capitais. Isso em decorrência dos desequilíbrios que ocorrem no processo de reprodução material da sociedade, que se relacionam intimamente com a acumulação de capital mais intensa no setor industrial em comparação com o setor agrícola.

O foco da investigação proposta por Rosa Luxemburg (1871-1919) recai sobre as dificuldades que surgem na esfera da circulação de mercadorias com o progresso da acumulação capitalista. Ou seja, no problema de realização da mais-valia. Para ela, essa é a questão central no estudo das leis de movimento e de reprodução do capital e que requer uma atenção especial. Segundo essa autora, a mais-valia não pode ser realizada no âmbito da sociedade capitalista, conforme ela deduziu de sua análise dos esquemas de reprodução desenvolvidos por Karl Marx em *O Capital*. Nesse sentido, a sua realização tem que ser efetuada por um grupo de compradores que se situe fora dessa sociedade. Não se trata da existência de um grupo de consumidores fora da sociedade capitalista, mas de um grupo de compradores que constituem a demanda externa. A expansão colonial permite o comércio regular com as formações econômicas pré-capitalistas colocando em contato os países capitalistas avançados e essa demanda.

(9) As ideias de Karl Kautsky sobre o imperialismo estão sintetizadas em dois ensaios publicados originalmente na revista *Neue Zeit*, nos anos de 1913-14 e 1915.

No estudo desenvolvido por Vladimir Ilich Lênin (1870-1924), o recrudescimento do colonialismo, foi devido à formação de um excedente de capitais nos países centrais do capitalismo, que reclamava imperiosamente a sua colocação lucrativa em outros países. Ele argumenta que a expansão colonial é determinada, principalmente, por três fatores: (1) diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico entre os países, que se reflete em distintas composições orgânicas do capital social total (possibilidade de se auferir taxas de lucros mais elevadas nos investimentos realizados no exterior); (2) o controle sobre os mercados e sobre as fontes existentes e potenciais de matérias-primas, que se constitui em questão vital para o êxito dos monopólios no processo competitivo; e (3) a superestrutura extra-econômica, ou seja, a política e a ideologia do imperialismo reforçam a tendência para as campanhas militares no exterior.

3.3.1 O papel desempenhado pelo Estado – nação e o militarismo

Após a apresentação na seção anterior, em termos gerais, das teses marxistas do imperialismo referentes às causas da intensificação da atividade colonial das grandes potências, faz-se necessário uma breve análise sobre a política estatal. O desenvolvimento do capital financeiro foi acompanhado pelo aumento e maior variedade das funções exercidas pelo Estado-nação. O êxito ou fracasso dos cartéis e trustes no processo competitivo dependia em maior ou menor grau do poder do Estado. Nesse sentido, em cada nação imperialista observou-se grande esforço de militarização (a corrida armamentista)¹⁰. A conexão existente entre a luta competitiva desenvolvida pelos oligopólios, o militarismo e a utilização do Estado como instrumento da concorrência econômica foi bem ilustrada por Nikolai Bukharin em *A economia mundial e o imperialismo*. Eis a passagem:

Estamos atravessando um período de desenvolvimento febril dos armamentos terrestres, navais e aéreos. Cada aperfeiçoamento da técnica militar acarreta a reorganização dos mecanismos militares. Cada inovação, cada desenvolvimento do poderio militar de um Estado incita os demais a seguirem seu exemplo. Produz-se um fenômeno análogo ao que constatamos em matéria de política aduaneira, quando o aumento das taxas

(10) Nikolai Ivanovitch Bukharin em *A economia mundial e o imperialismo*, disponibiliza dados referentes ao aumento significativo das despesas militares no orçamento público dos Estados imperialistas, que consta na tabela intitulada “Despesas do Exército e da Marinha” à página 119.

num Estado determinado repercute inteiramente nos demais pelo aumento geral que neles provoca. Ainda aqui, trata-se, evidentemente, apenas de um caso particular do princípio da concorrência, já que o poderio militar do truste capitalista nacional é sua arma de luta econômica. Criando a demanda de produtos da metalurgia, o aumento dos armamentos faz crescer intensamente a importância da grande indústria e, mais particularmente, dos “reis do canhão”, à maneira de Krupp. Seria, no entanto, dar prova de um raciocínio extremamente superficial pretender que as guerras sejam provocadas pela indústria de armamento. Esta não constitui, de forma alguma, em si mesma um ramo à parte, um “mal” artificialmente provocado e capaz de desencadear “batalhas entre povos”. Na realidade, de tudo o que foi exposto, resulta que o armamento é um atributo necessário do poder do Estado e desempenha uma função claramente definida na luta entre trustes capitalistas nacionais (Bukharin, 1984, p. 118-120).

Rosa Luxemburg também analisou o papel do Estado e do militarismo, mas de forma radicalmente distinta. Interessava-lhe, sobretudo, saber como a demanda estatal poderia contribuir na solução do problema central da acumulação capitalista. Além do intercâmbio desenvolvido com as sociedades pré-capitalistas, o consumo estatal também possibilita a realização da mais-valia, segundo sua interpretação. Para a sua demonstração, essa autora partiu dos esquemas de reprodução elaborados por Karl Marx em *O Capital*. Seu exemplo considera o caso em que determinada magnitude dos impostos auferidos com o sistema de tributação indireta é investida na produção armamentista.

Com a cobrança do imposto, transfere-se parte do poder de compra da classe operária para o Estado. Do ponto de vista da reprodução do capital social total, isso significa uma diminuição da produção de meios de subsistência destinados ao consumo da classe trabalhadora para a sua renovação periódica. Com o acréscimo no preço dos meios de subsistência, o mesmo montante em dinheiro que representa um determinado quantum de capital variável se realiza em uma quantidade menor de meios de subsistência. Essa diminuição relativa da quantidade de meios de subsistência produzidos para o consumo dos operários libera uma quantidade correspondente de capital constante e de trabalho vivo. Essa liberação pode ser empregada em algum outro ramo produtivo, desde que se constituía uma nova demanda na sociedade. Ela é constituída pela demanda governamental, que se apropria de parte do poder de compra dos operários.

Reproduziremos fielmente, a seguir, os dados fornecidos por Rosa Luxemburg e extrairemos as conclusões de sua análise dos esquemas de reprodução:

$$\text{I. } 5000 c + 1000 v + 1000 m = 7000 \text{ em meios de produção}$$

$$\text{II. } 1430 c + 285 v + 285 m = 2000 \text{ em meios de consumo}$$

As iniciais c , v e m representam respectivamente capital constante, capital variável e mais-valia. Com a adoção dos tributos, 100 são extorquidos dos operários e representam o quantum arrecadado pelo Estado em impostos. Essa soma representa a demanda por produtos da indústria bélica e constitui-se assim na economia capitalista um novo ramo de produção. Admitindo a mesma proporção dos esquemas acima, teremos o seguinte modelo:

$$\text{III. } 71,5 c + 14,25 v + 14,25 m = 100 \text{ (material bélico)}$$

A diminuição no consumo dos operários no valor de 100 implica numa redução correspondente na produção dos meios de subsistência. O departamento II de meios de subsistência agora é representado pela seguinte equação:

$$\text{II. } 1358,5 c + 270,75 v + 270,75 m = 1900 \text{ em meios de consumo}$$

O departamento de meios de produção também verifica uma redução correspondente em seus valores:

$$\text{I. } 4949 c + 989,75 v + 989,75 m = 6928,5 \text{ em meios de produção}$$

Voltando aos valores de antes da cobrança do imposto:

$$\text{I. } 5000 c + 1000 v + 1000 m = 7000 \text{ em meios de produção}$$

$$\text{II. } 1430 c + 285 v + 285 m = 2000 \text{ em meios de consumo}$$

O produto total se expressava da seguinte forma antes da adoção do imposto:

$$6430 c + 1285 v + 1285 m = 9000$$

Após a cobrança do imposto os dados resultantes são os seguintes:

$$\text{I. } 4949 c + 989,75 v + 989,75 m = 6928,5 \text{ em meios de produção}$$

$$\text{II. } 1358,5 c + 270,75 v + 270,75 m = 1900 \text{ em meios de consumo}$$

E o produto social se expressa da seguinte forma:

$$6307,5 \text{ c} + 1260,5 \text{ v} + 1260,5 \text{ m} = 8828,5$$

A diminuição do produto total de 9000 para 8828,5 significa somente uma economia de custos do ponto de vista do capital social total. Para a produção e realização de uma mesma quantidade de mais-valia é necessário um quantum menor em meios de subsistência, em virtude da diminuição do consumo da classe operária. Essa redução corresponde à diferença que se observa na produção total (9000 - 8828,5). Em termos reais, o produto social se expressa agora da seguinte forma:

$$6430 \text{ c} + 1113,5 \text{ v} + 1285 \text{ m} = 8828,5 \text{ (uma queda de 2\% no produto social)}$$

Como no processo real de produção a redução da parte correspondente ao capital variável se faz acompanhar por uma redução concomitante do capital constante, a equação que mais corresponde à realidade se expressa da seguinte forma:

$$6307,5 \text{ c} + 1236 \text{ v} + 1285 \text{ m} = 8828,5$$

Os 100 arrecadados em impostos passam assim como num passe de mágica a constituir um mercado novo para a produção e realização da mais-valia capitalizada em outro ramo da produção capitalista, a indústria bélica. A constituição desse novo mercado na fase imperialista transforma o setor militar da economia em um campo que abre grandes possibilidades para a realização da mais-valia capitalizada. Veja-se:

Quanto ao mercado que ao mesmo tempo surge na área estadual, este, pelo contrário, passa a manifestar-se com todo o encanto de um campo novo para a realização de mais-valia. Parte da soma incluída na circulação do capital variável sai de circulação para constituir, nas mãos do Estado, nova demanda. O fato de o processo ser outro sob o prisma *técnico-tributário*, ou seja, de o montante da contribuição em impostos indiretos ser, de fato, adiantado ao Estado pelo capital, e de ser restituído a este último apenas por ocasião da venda da mercadoria (no preço pago pelo consumidor), em nada altera o aspecto *econômico* do processo. O que de fato importa sob o ponto de vista econômico é que a soma que atua como capital

variável intermedeia primeiro a troca entre o capital e a força de trabalho para que possa funcionar posteriormente como consumidor e vendedor, respectivamente, no intercâmbio entre o trabalhador e o capitalista, e assim transferir-se, em parte, das mãos do operário para o Estado, na qualidade de imposto. A soma assim lançada na circulação pelo capital só preenche, pois, perfeitamente sua função em sua troca por força de trabalho, troca após a qual iniciará, já nas mãos do Estado, novo ciclo, no qual assumirá a forma de um poder de compra totalmente estranho e alheio ao capital e ao operário, orientado para novos produtos, para um novo ramo da produção que não se destina nem ao sustento da classe operária, nem ao da classe capitalista, oferecendo assim, ao capital novas oportunidades de criação e realização da mais-valia. Antes, ao considerar o emprego dos impostos indiretos (extorquidos dos operários para o pagamento dos salários dos funcionários públicos e para o abastecimento do exército), havíamos verificado que, sob o prisma econômico, essa “poupança” ou economia feita no consumo da classe operária permitia transferir para o operário os gastos do consumo pessoal dos dependentes da classe capitalista e os da manutenção de seus instrumentos de dominação de classe, bem como transferir esses custos da mais-valia para o capital variável e liberar ao mesmo tempo e em igual medida mais-valia para fins de capitalização. Vemos agora como o emprego dos impostos extorquidos do operário e destinados ao armamentismo oferece nova possibilidade de acumulação ao capital (Luxemburg, 1984, p. 95-96).

Do desenvolvimento dessa análise, depreende-se que Rosa Luxemburg além de apontar a importância do Estado e do militarismo como armas da concorrência econômica também percebeu pioneiramente a importância da economia armamentista como *locus* privilegiado da acumulação capitalista. A autora observou que a demanda estatal apresenta grandes vantagens para o capital. Ela é concentrada e homogênea, o que foge aos caprichos, arbítrios e à subjetividade de cada consumidor individual. Por outro lado, o movimento da acumulação capitalista encontra-se em mãos da própria indústria bélica por meio do controle da opinião pública e das leis parlamentares. Em suma, esse campo da acumulação de capitais parece dotado de uma capacidade de expansão quase ilimitada, que depende apenas dos interesses do próprio capital.

3.4 A interpretação schumpeteriana

Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) produziu um modelo teórico de interpretação do imperialismo em seu ensaio *Imperialism – Social Classes* que diverge fundamentalmente dos teóricos do imperialismo econômico. Sua análise não concebe os fatores econômicos como a força motriz do novo imperialismo. Ele é o principal representante da escola do imperialismo não-econômico.

Em *Imperialismo e Classes Sociais*, Schumpeter defende a ideia de que o imperialismo estaria presente em diferentes formações econômico-sociais. Ele reduz o conceito de imperialismo ao aspecto político. A sua força motriz estaria na predisposição por parte de um Estado beligerante de expandir-se ilimitadamente, através da utilização de seu aparato militar, sem que haja objetivos pré-definidos. Veja-se:

A expansão pela expansão requer sempre, entre outras coisas, objetivos concretos para chegar à fase da ação e conseguir manter-se, mas seu verdadeiro sentido não está nisso. De certo modo, ela constitui o seu próprio objetivo, e a verdade é que não tem nenhum outro objetivo adequado além da expansão em si mesma. Vamos, portanto, chamá-la de “sem objetivo”, na falta de melhor expressão. Segue-se que, pela mesma razão, tal como a expansão não pode ser explicada pelo interesse concreto, assim também ela não é jamais satisfeita pelo atendimento de um interesse concreto, como seria o caso se tal atendimento constituísse o seu motivo, e a luta por ele representasse apenas um mal necessário – um contra-argumento, de fato. Daí, a tendência dessa expansão de transcender todos os limites tangíveis, ultrapassando-os completamente até exaurir-se. É essa, portanto, a nossa definição: imperialismo é a disposição sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente pela força. (Schumpeter, 1961, p. 26).

Uma das questões centrais de seu texto é explicar o aparente paradoxo entre a persistência do imperialismo em diferentes momentos da história e a ausência de objetivos pré-definidos, que tornem compreensíveis os conflitos militares ao longo da história. Como explicar o amor pela conquista e o fato de inúmeras guerras na história terem sido travadas sem um objetivo claro e definido?

Segundo o autor, isso poderia ser explicado por uma espécie de atavismo social presente em distintos modos de produção. Neles, a estrutura social, os hábitos individuais psicológicos e de reação emocional das classes guerreiras, que tem na guerra o seu principal meio de sobrevivência, permaneceriam intactos ao longo do tempo. Inclusive, após a dissolução de seu modo de produção específico. Essa circunstância permitiria a sua sobrevivência em formações econômico-sociais posteriores. Por outro lado, essa continuidade do imperialismo seria estimulada por mais dois fatores, quais sejam: 1) pelos interesses internos das classes dominantes; 2) pelos interesses dos que têm a ganhar individualmente com a guerra, seja econômica ou politicamente.

O imperialismo não se constituiria em um estímulo oriundo de fatores econômicos, pois seria desvantajoso para os negócios. O autor demonstra que com a eclosão da guerra, o volume de capital e de trabalho pode cair a tal ponto que os capitalistas e os trabalhadores passam a receber uma maior remuneração, em virtude de sua escassez, resultando em sua maior participação no produto social. Contudo, essas vantagens são eliminadas à medida que as exigências da guerra e as perdas sofridas ultrapassam largamente qualquer benefício obtido com o conflito. No entanto, a indústria armamentista e os grandes proprietários de terras podem constituir um ponto de apoio importante das tendências imperialistas. Schumpeter acreditava que os interesses criados por esses grupos sociais não eram suficientes para que a sociedade capitalista apoiasse as campanhas militares no exterior. Em suma, os lucros obtidos com a guerra não se constituiriam um ponto de apoio importante para que a burguesia incentivasse os métodos imperialistas.

Nesse sentido, o capitalismo pela sua própria natureza é um sistema econômico pacifista. Todas as mudanças introduzidas pelo modo de produção capitalista na vida cotidiana permitiram a redução gradual das tendências imperialistas presentes na sociedade burguesa. Com o desenvolvimento do comércio entre os países e dos mercados internacionais, ou seja, com a universalização das relações de produção capitalistas, os empresários foram elevados a uma posição de prestígio no plano socioeconômico. Seu ponto de vista pacifista, orientado para a organização racional do processo produtivo em larga escala nas indústrias capitalistas, influenciou cada vez mais o cenário social.

Essa racionalização da vida provocada pelo desenvolvimento do capitalismo modelou toda a sociedade e contribuiu de forma decisiva para que as energias humanas fossem desviadas cada vez mais para o enfrentamento da concorrência intercapitalista, que é uma condição de sobrevivência dentro de tal sistema. No caso dos trabalhadores, suas energias foram desviadas para o aprendizado e a qualificação necessárias na disputa por uma vaga no mercado de trabalho. Em relação aos empresários, sua atenção desviou-se cada vez mais para o conhecimento, direção e supervisão da indústria capitalista, visando o enfrentamento da concorrência. Ou seja, cada vez menos as energias foram desviadas para a guerra e parte da energia excedente foi dedicada majoritariamente às ciências, artes, lazer, etc. Assim, Schumpeter entende que a eliminação das tendências imperialistas existentes na sociedade burguesa tem como pressuposto a expansão das relações de produção capitalista em todo o mundo. Quanto mais capitalista for o mundo, menor a possibilidade de guerras¹¹. Segundo o autor:

Um mundo puramente capitalista não pode, portanto, oferecer solo fértil aos impulsos imperialistas. Isso não quer dizer que ele não possa manter, ainda, um interesse pela expansão imperialista. Examinaremos imediatamente esse aspecto. O problema é que os povos passam a demonstrar antes uma tendência essencialmente antibélica. Daí devemos esperar que surjam tendências anti-imperialistas sempre que o capitalismo domine uma economia e, através desta, o espírito das nações modernas – e de modo mais intenso, naturalmente, onde o próprio capitalista for mais forte, onde mais longe tiver ido o seu avanço, encontrado a menor resistência e principalmente onde seus tipos e daí a democracia – no sentido “burguês” – mais se aproximam do predomínio político. Devemos esperar, ainda, que os tipos criados pelo capitalismo sejam na verdade os portadores dessas tendências (Schumpeter, 1961, p. 91-92).

No caso dos trustes e dos cartéis, que são considerados como um dos traços marcantes da fase imperialista do capital, Joseph Schumpeter,

(11) A confluência de alguns elementos apontados por Joseph Schumpeter demonstra, em sua visão, o caráter pacífico do modo de produção capitalista, quais sejam: (1) a oposição à guerra, aos armamentos e aos exércitos profissionais criada nos países capitalistas desenvolvidos; (2) O surgimento de partidos políticos pacifistas nesses países; (3) o caráter pacífico do proletariado industrial; (4) o desenvolvimento nos países capitalistas avançados de métodos anti-guerras, como por exemplo, a diplomacia; (5) a menor incidência de tendências imperialistas na maior economia do mundo, que é a norte-americana, relativamente às demais economias desenvolvidas.

diferentemente dos autores marxistas, não acreditava que o monopólio derive da própria concorrência capitalista. Segundo ele, a monopolização da indústria não seria resultado dos mecanismos econômicos, mas pelo contrário, seria estimulada por fatores extra econômicos, tais como: (a) tarifas protecionistas; (b) subsídios, etc. O protecionismo e os monopólios resultam dos interesses financeiros da aristocracia. Esses elementos não fazem parte da estrutura capitalista. Ou seja, a teoria da concentração de Marx não tem sentido e validade prática. Schumpeter conclui:

O monopólio exportador não cresce segundo as leis inerentes ao desenvolvimento capitalista. O caráter do capitalismo leva à produção em grande escala, mas com poucas exceções a produção em grande escala não leva à forma de ilimitada concentração que deixa apenas uma ou umas poucas firmas em cada indústria. Pelo contrário, qualquer fábrica encontra limite ao seu crescimento numa determinada situação e o crescimento de combinações que teriam sentido num sistema de comércio livre encontra limites de eficiência orgânica. Além desses limites não há tendência para combinação inerente ao sistema de competição. Em particular, o crescimento dos trustes e cartéis – fenômeno bastante diferente da tendência à produção em grande escala, com a qual frequentemente é confundido – jamais poderá ser explicado pelo automatismo do sistema de concorrência. Isso se segue do fato mesmo de que os trustes e cartéis só podem atingir a seu objetivo principal – a política monopolista – se respaldados por tarifas protecionistas, sem as quais perderiam seu sentido essencial. As tarifas protecionistas, porém, não derivam automaticamente de um regime de concorrência. São frutos de uma ação política – *um tipo de ação que de forma alguma reflete os interesses objetivos de todos os que nela se envolvem* e que, pelo contrário, torna-se impossível tão logo a maioria daqueles cujo consentimento é necessário compreendem quais os seus verdadeiros interesses. Até certo ponto isso é evidente, e até outro ponto poderemos mostrar que os interesses da minoria, apropriadamente expressos no apoio a uma tarifa protecionista, não são provocados pelo capitalismo como tal. Segue-se daí que é *uma falácia básica considerar o imperialismo como uma fase necessária do capitalismo, ou mesmo falar da transformação do capitalismo em imperialismo*. Já vimos que o modo de vida do capitalismo não favorece atitudes imperialistas. A esta altura já podemos ver que a disposição dos interesses de uma economia capitalista – mesmo os interesses das camadas superiores – não apontam inequivocamente em direção do imperialismo (Schumpeter, 1961, p. 114).

A persistência das tendências imperialistas na sociedade capitalista é provocada artificialmente pela existência de classes sociais não-capitalistas, que controlam o aparelho de Estado. Elas se constituem numa espécie de sobrevivência ou reminiscência de formações econômicas pré-capitalistas. Os empresários capitalistas não obtêm nenhuma vantagem material com a expansão imperialista e, por isso, não têm qualquer interesse na expansão colonial. Por conseguinte, da interpretação schumpeteriana resulta que as causas do imperialismo devem ser procuradas nos fatores psicológicos, culturais, políticos e ideológicos. Sua análise trata-se de uma defesa apaixonada do modo de produção capitalista, que não é corroborada pela realidade objetiva.

3.5 Norman Angell: a miopia da política européia

Os temas relacionados com a guerra, a corrida armamentista e a paz estiveram no âmbito das preocupações teóricas e políticas de Norman Angell (1872-1967) em seu livro *The Great Illusion*, publicado originalmente em 1910. O objetivo do autor é demonstrar que a expansão colonial não traz nenhum tipo de vantagem material para os países envolvidos na contenda militar. Ou seja, a corrida armamentista e os conflitos bélicos seriam um grande desperdício de recursos materiais e humanos, que se baseiam num erro de cálculo ou de avaliação por parte dos estadistas. Já na sinopse de sua principal obra, o autor argumenta:

O autor contesta essa doutrina em sua totalidade. Procura mostrar que ela pertence a um período da civilização que já ultrapassamos; que a indústria e o comércio de um povo não dependem mais da expansão das suas fronteiras políticas; que as fronteiras políticas e econômicas de um país não precisam necessariamente coincidir; que o poder militar é fútil do ponto de vista social e econômico e pode não ter relação com a prosperidade do povo que o exerce; que é impossível para um país apropriar-se pela força do comércio ou bem-estar de outro país, ou enriquecer, subjugando-o e impondo-lhe pela força a sua vontade. Em suma, que a guerra, mesmo quando vitoriosa, não pode alcançar os objetivos postulados como uma aspiração universal (Angell, 2002, p. LIII-IV).

Ao longo de seu livro, Norman Angell tenta desmitificar o que ele entendia como o equívoco da vida política das grandes potências. Seu argumento central da inexistência de vantagens econômicas para os países que empreendem campanhas militares no exterior baseia-se nas seguintes premissas: (i) a posse

do território de uma colônia por uma potência imperialista não traria qualquer vantagem econômica aos habitantes do país invasor, pois os bens e o capital ainda continuariam a pertencer aos habitantes da nação invadida, e as suas condições materiais não melhorariam por meio da guerra; (ii) a destruição provocada pela guerra abalaria as relações comerciais e creditícias desenvolvidas entre as nações envolvidas no conflito militar ao destruir o mercado da potência imperialista; (iii) a crescente interdependência econômica entre os países tornou a utilização da violência e da força estéril do ponto de vista econômico, em que o desenvolvimento econômico e social só pode ser atingido por meio da cooperação mútua entre eles; (iv) as finanças constituem o sistema nervoso central do organismo econômico industrial, no qual as nações belicosas sofrem grandes perdas com a desvalorização de seus papéis nos mercados acionários e com o aumento da taxa de juros interna; (v) países pequenos como a Noruega, Suíça, Bélgica, Holanda, entre outros que não possuem grande poder militar conseguiram desempenho econômico superior e maior qualidade de vida para a sua população do que os observados pelas potências imperialistas, etc.

Em suma, o autor não enxergava qualquer vínculo existente entre o fortalecimento do poder político e militar, e a dinâmica da acumulação capitalista. Ou seja, a expansão colonial não se traduziria em benefícios materiais para os países centrais do capitalismo. É digna de nota, a seguinte passagem:

nenhuma nação poderia derivar uma vantagem prática da conquista das colônias britânicas, e de seu lado a Grã-Bretanha não sofreria qualquer prejuízo material se as perdesse, por lamentável que fosse essa perda no aspecto sentimental e por mais que afetasse a cooperação social entre povos afins e as respectivas vantagens. O próprio exemplo da palavra “perda” é enganoso. Com efeito, a Grã-Bretanha não “possui” suas colônias. Na realidade, elas são países independentes, aliados da Mãe Pátria, e para esta não representam uma fonte de tributos ou de ganhos econômicos (exceto na medida em que qualquer nação estrangeira poderia sê-lo), pois as relações econômicas recíprocas não são determinadas pela Mãe Pátria, mas pelas colônias. Do ponto de vista econômico, a Inglaterra ganharia com a sua separação formal, pois não precisaria preocupar-se com a defesa delas. Portanto, essa “perda” não implicaria qualquer mudança dos fatos econômicos (exceto os custos da sua defesa, que a Mãe Pátria empreende para defendê-las, que seriam poupados) e por isso não poderia

acarretar a ruína do Império, a miséria ou a fome para a metrópole, como alegam habitualmente os que consideram essa hipótese. A Inglaterra não recebe das suas colônias, nem poderia receber, qualquer tributo ou vantagem econômica especial; e não é possível conceber que outro país, necessariamente menos habilitado na administração colonial, conseguisse o que a Inglaterra não consegue, especialmente se levarmos em conta a história de outros impérios coloniais como os da Espanha e de Portugal, da França, além da própria Inglaterra em épocas anteriores. Essa história demonstra também que a situação das colônias da Coroa, sob o aspecto considerado, não é muito diferente da dos países independentes. Portanto, não podemos presumir que qualquer nação europeia se empenhasse em projeto tão estéril como seria a conquista da Inglaterra, tentando uma experiência que toda a história colonial do mundo nos mostra que é infrutífera (Angell, 2002, p. 24-25).

O corolário da tese proposta por Norman Angell é que a expansão imperialista das grandes potências se baseava, antes de tudo, na miopia dos chefes de Estado. Aliás, ele procurou demonstrar que a expansão colonial representava antes um prejuízo do que vantagens econômicas aos países que empreendessem campanhas militares no exterior. Em face dos acontecimentos históricos, fica difícil argumentar que a política colonial dos países metropolitanos baseou-se desde o início num erro de avaliação de seus dirigentes políticos. Dessa forma, seu estudo carece de fundamentação empírica.

Considerações finais

O novo imperialismo estava intimamente relacionado com as transformações na estrutura e organização do modo de produção capitalista, que indicavam nova fase em seu desenvolvimento. Vladimir Ilich Lênin ressaltou a particularidade dessas modificações destacando que a definição do imperialismo tinha que conter os seguintes traços fundamentais, entre eles: (1) a concentração da produção e do capital levada ao seu máximo desenvolvimento. Do seu seio surgem e se desenvolvem os monopólios; (2) a fusão do capital bancário com o capital industrial formando o capital financeiro e o consequente domínio da oligarquia financeira; (3) o predomínio da exportação de capitais relativamente à exportação de mercadorias; (4) a formação dos cartéis internacionais, que partilham o mundo entre si; e (5) a divisão territorial do planeta entre os Estados

capitalistas desenvolvidos. Em suma, o imperialismo está indissolúvelmente ligado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, a partir do último quartel do século XIX, no qual os monopólios e o capital financeiro são elementos centrais.

O capital financeiro e sua lógica reprodutiva, ao mesmo tempo, em que permitiu a maior unificação e integração das economias nacionais no mercado mundial propiciou a proliferação e disseminação de práticas rentistas. O desenvolvimento dos cartéis e trustes foi acompanhado pelo desenvolvimento do sistema creditício, o qual foi sobremaneira potencializado com a exportação de capitais. As classes e instituições que dispunham do controle das fontes de crédito das sociedades anônimas foram alçadas a uma posição dominante e de prestígio dentro do modo de produção capitalista.

Lênin argumentou que o rentismo e seus mecanismos desenvolveram-se a passos largos, a partir da fase imperialista do capital. Observe-se a seguinte passagem:

O imperialismo é uma imensa acumulação de capital-dinheiro num pequeno número de países, acumulação que atinge, como vimos, 100 a 150 bilhões de francos em títulos. Donde, o extraordinário desenvolvimento da classe ou, de forma mais exata, da camada dos rentistas, isto é, das pessoas que vivem do “corte de cupões de títulos”, que são completamente estranhas à participação em qualquer ato de produção e cuja única profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas essenciais do imperialismo, aumenta também o alheamento total, perante a produção, da camada dos rentistas e dá a totalidade do país, que vive da exploração do trabalho de alguns países e das colônias do ultramar, um cunho de parasitismo (Lênin, 1987, p. 99).

John Atkinson Hobson, apesar de partir de uma base teórica diferente, também intuiu a respeito da crescente importância dos financiadores das empresas industriais no capitalismo desenvolvido.

A estrutura do capitalismo moderno tende a lançar um poder cada vez maior nas mãos dos homens que manejam o mecanismo monetário das comunidades industriais – a classe dos financistas. Para os grandes empreendimentos, o financista foi sempre um homem indispensável no

mundo antigo e no medieval, era com ele que os reis e os homens da grande nobreza, eclesiástica ou civil, iam buscar as grandes somas de que necessitavam para resolver suas situações de emergência, abastecer expedições militares ou navais e auxiliar as formas mais amplas de empreendimentos comerciais carentes de capitais. Os pequenos financistas, como usurários ou emprestadores de dinheiro, viveram, em todos os tempos, dos transtornos e infortúnios da classe dos agricultores, artesãos e pequenos negociantes. Mas foi só depois que o desenvolvimento dos métodos industriais modernos exigiu um fluxo grande, livre e variado de capital, em muitos dos canais do emprego produtivo, que o financista deu sinais de assumir o posto de autoridade que hoje ocupa em nosso sistema econômico. Cada passo importante que demos no sentido do desenvolvimento da estrutura industrial contribuiu para afastar a classe dos financistas da classe mais geral dos capitalistas, assegurando-lhe um controle maior e mais vantajoso sobre o curso da indústria (Hobson, 1983, p. 175-176).

Rudolf Hilferding, por sua vez, argumentou que o aparecimento das sociedades anônimas implicou a formação e desenvolvimento da Bolsa de Valores para o seu financiamento. Criaram-se assim as condições para o desenvolvimento do capital fictício. Essa espécie de capital constitui uma das formas particulares do capital portador de juros. No entanto, o capital portador de juros tem como base de sua valorização (sob a forma de juro), o lucro industrial¹². O capital fictício não se baseia nos empréstimos ao capital industrial com a condição de produzir mais-valia e assim remunerar o prestamista sob a forma de juro. Ele não representa capital emprestado e aplicado na produção industrial. Ou seja, ele é independente dos movimentos da economia real. O capital fictício é calculado com base na capitalização de uma determinada soma em dinheiro, que se repete constantemente, à taxa de juros vigente no mercado.

(12) Karl Marx demonstrou em *O Capital*, livro IV que o capital portador de juros se valoriza sob a forma $D - D'$. No entanto, esse circuito de valorização é verdadeiro apenas para quem concede o empréstimo, pois é a forma como o seu capital monetário se valoriza. A sua concessão está condicionada ao fato de que qualquer soma de dinheiro no modo de produção capitalista pode funcionar como capital que produz mais-valia. A utilização produtiva da soma de valor emprestada pelo capitalista industrial constitui a condição da relação de empréstimo, pois o juro só pode ser pago com parte da mais-valia produzida na esfera industrial. Esse não é o caso do capital fictício. Ele é um dinheiro meramente contábil (que existe apenas idealmente), o qual serve para fins de cálculo. Ele não foi aplicado na produção industrial.

O desenvolvimento do capital fictício deve-se ao processo de substantivação¹³ do valor na produção capitalista desenvolvida. Nele, o valor se desmaterializa e passa a existir independentemente do processo de reprodução material da sociedade¹⁴. Dessa forma, podem ser atribuídos valores a qualquer bem ou objeto, mesmo que eles não tenham sido produzidos por intermédio do trabalho humano. O crescimento desenfreado das operações do capital fictício (dinheiro contábil que existe apenas idealmente) baseia-se no fetiche de que a valorização do capital pode ocorrer independentemente do processo de produção de mais-valia na esfera produtiva. Em decorrência de sua magnitude crescente, se generalizaram as práticas rentistas nos distintos segmentos do mercado financeiro, tanto no âmbito interno quanto no internacional.

Hilferding deduziu o processo de valorização do capital fictício a partir do desenvolvimento das sociedades anônimas. Com a separação entre a propriedade do capital e sua gerência administrativa, os antigos capitães da indústria passam de agora em diante à simples capitalistas monetários. Essa circunstância permite a formação do lucro de fundador. Ele se origina da diferença entre o capital que produz a taxa de lucro média e o capital que rende apenas o juro médio. Ou seja, do fato de que a quantia auferida com a venda das ações capitalizada à taxa de juros corrente ultrapassa largamente o quantum efetivamente aplicado na produção industrial. Tal quantum produz a taxa de lucro média para esse capital individual¹⁵.

(13) Reinaldo A. Carcanholo em seu seminal artigo intitulado “*O capital especulativo parasitário*: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização” define a substantivação do valor como o processo em que o valor-capital ganha independência em relação à produção de mercadorias, ou seja, deixa de ser um mero apêndice delas e ganha o *status* de coisa com vida própria (expressão utilizada pelo autor do artigo). Isso decorre do fato de que o capital é um valor que circula *ad infinitum* e que por meio de sucessivas metamorfoses se autovaloriza.

(14) Para maiores detalhes desse processo, ver o artigo de Leda Maria Paulani intitulado “*A autonomização das formas verdadeiramente sociais na Teoria de Marx*: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo”.

(15) Para realizar tal cálculo, o autor utilizou o exemplo de uma empresa industrial com um capital de 1 milhão de marcos e que produz um lucro médio de 15%, ou seja, de 150 mil marcos em valores absolutos. Ele supõe que destes 150 mil marcos, 20 mil são gastos com despesas de administração, participação nos lucros, entre outros, às quais são bastante comuns nas sociedades acionárias. Os 130 mil marcos restantes são capitalizados à taxa de juros de 7% (taxa de juros vigente de 5% acrescido de um prêmio de risco de 2%). A capitalização resultante dá um valor de 1.875.142 (1 milhão, 875 mil e 142 marcos), que o autor aproxima para 1.900.000 (1 milhão e 900 mil marcos). Ou seja, a diferença resultante (1.900.000 – 1.000.000 = 900 mil marcos) é o que autor chama de lucro de fundador.

Essa circunstância permitiu a criação e desenvolvimento da Bolsa de Valores, que é um mercado próprio para a negociação das ações (compra e venda), no qual os proprietários podem retransformá-las a qualquer momento em capital monetário, independentemente das condições do capital industrial em funcionamento. Daí, a base das operações do capital fictício nos mercados acionários.

Do exposto acima, deduz-se que na fase imperialista do capital, o conflito entre a lógica de acumulação de capitais (a autovalorização do valor) e o processo de reprodução material da sociedade atinge o seu ápice com o surgimento do capital financeiro. Isso se expressa pelas relações antagônicas desenvolvidas entre o capital industrial e o capital bancário (essencialmente especulativo), ao longo da história do imperialismo. Nessa etapa de seu desenvolvimento, o capital tende a todo o momento a romper os seus limites buscando valorizar-se de forma especulativa, ou seja, sem sair da forma dinheiro ($D - D'$). Em sua forma fictícia, tende a agravar as condições do processo de reprodução material, pois o capital fictício não se relaciona com o capital industrial que se encontra em funcionamento, tal como o capital portador de juros. Dessa forma, parte dos lucros podem não ser reinvestidos na atividade industrial por causa da possibilidade de aplicá-los lucrativamente em negócios puramente financeiros. Isso devido ao retorno mais rápido desse tipo de aplicação e também da possibilidade de se escapar de todos os riscos e inconvenientes dos investimentos realizados na esfera industrial (os quais exigem muitas vezes longo tempo de maturação). Por conseguinte, há fortes estímulos para o desenvolvimento do rentismo. Em suma, a dinâmica da acumulação capitalista tem tendência estagnacionista e degenerativa sob a hegemonia do capital financeiro, ou seja, essa forma de capital tende a esterilizar o desenvolvimento industrial.

Referências bibliográficas

ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Coleção Clássicos IPRI).
BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Economistas).

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304. 1999. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/view/1947/2323>. Acesso em: 11 mar. 2014.

_____.; SABADINI, Maurício de Souza. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa - Omega, 1982. (Coleção Filosofia).

GERMER, Clauss. Marx e a divisão do lucro médio em lucro do empresário e juro. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 297-322, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/36044/38763>. Acesso em: 11 mar. 2014.

_____. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, p. 179-201. 1994. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/download/1696/2063>. Acesso: 11 mar. 2014.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas). Título original: *Das Finanzkapital* (1909).

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios 1875-1914*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Tradução original em inglês *The age of Empire 1875-1914*.

HOBSON, John Atkinson. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

_____. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

KAUTSKI, Karl. Dois artigos para uma revisão (1915). In: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 465-490.

_____. O imperialismo (1913-1914). In: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 443-463.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Global, 1987. (Coleção Bases 23).

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1-2. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1-3. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*. (Coleção Os Economistas).

_____. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 4-5. (Coleção Os Economistas).

PAULANI, Leda Maria. *A autonomização das formas verdadeiramente sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo*. Disponível em: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/72T.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2013.

SABADINI, Maurício de Souza. *Globalização e capitalismo contemporâneo: notas preliminares a partir da obra O capital financeiro de Rudolf Hilferding*. Disponível em: http://www.secep.com.br/arquivos/Globalizacao_e_capitalismo_contemporaneo-notas_preliminares_a_partir_da_obra_O_Capital_Financeiro_de_Rudolf_Hilferding.pdf. Acesso em: 11 mar. 2014.

_____. *Lucro do fundador e lucro diferencial em Hilferding: elementos para um debate contemporâneo sobre a especulação financeira*. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2273>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. (Biblioteca de Ciências Sociais).